

Práticas de acolhimento na universidade evidenciadas nos discursos de estudantes com transtorno do espectro autista

Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter

Laura Ceretta Moreira

Lúcia Pereira Leite

Vivian Ferreira Dias

147

Resumo

Este artigo discute como a literatura científica e os discursos de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) têm refletido nas práticas de inclusão no ensino superior. A metodologia utilizada contou com revisão integrativa de estudos publicados nos últimos cinco anos, sendo objeto de análise 14 produções. Em adicional, obtiveram-se os discursos de 14 universitários com TEA, alcançados por meio de aplicação virtual de questionário. As questões abordaram sobre a trajetória de ensino e os aspectos que diminuem as barreiras que transpassam a permanência desses estudantes no ensino superior. Os resultados foram analisados de modo conjunto, num diálogo sobre o que se tem produzido cientificamente com os relatos dos estudantes. Notou-se que os maiores entraves ocorrem nas relações interpessoais, atrelados às barreiras institucionais de acessibilidade, à falta de acolhimento e à fragilidade no processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que, apesar do aumento significativo no número de estudantes com TEA no ensino superior, ainda é preciso a organização de práticas mais inclusivas. Desse modo, ressalta-se a importância da materialização de estudos que divulguem resultados empíricos, colaborando para a acessibilidade e a efetivação da inclusão nos processos educacionais, tão necessária para que as universidades efetivem uma pluralidade de caminhos menos excludentes.

Palavras-chave: ensino superior; práticas inclusivas; revisão integrativa; transtorno do espectro autista.

Abstract

Inclusive academic practices displayed in the speeches of students with autism spectrum disorder

This study discusses how scientific literature and the speeches of students with autism spectrum disorder (ASD) have reflected on inclusion practices in higher education. The methodology employed included an integrative review of studies published in the last five years, with 14 productions being the subject of analysis. Additionally, the speeches of 14 university students with ASD were obtained through the virtual application of a questionnaire. The questions addressed the teaching trajectory and the aspects that reduce the barriers inhibiting students to continue in higher education. The results were collectively analyzed, in dialogue with what has been produced scientifically with the students' reports. It was noted that the greatest obstacles occur in interpersonal relationships, linked to institutional accessibility barriers, lack of reception and fragility in the teaching-learning process. We concluded that, despite the significant increase in the number of students with ASD in higher education, there is still a need to organize more inclusive practices. Therefore, we emphasize the importance of developing studies that disseminate empirical results that contribute to accessibility and the implementation of inclusion in educational processes, so that universities achieve a plurality of less exclusionary paths.

Keywords: higher education; inclusive practices; integrative review; autism spectrum disorder.

Resumen

Prácticas de acogida en la universidad evidenciadas en los discursos de estudiantes con trastorno del espectro autista

Este artículo tiene como objetivo discutir cómo la literatura científica y los discursos de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) han reflexionado sobre las prácticas de inclusión en la educación superior. La metodología utilizada incluyó una revisión integradora de estudios publicados en los últimos cinco años, siendo objeto de análisis 14 producciones. Además, se obtuvieron los discursos de 14 estudiantes universitarios con TEA, alcanzados mediante la aplicación virtual de un cuestionario. Las preguntas abordaron la trayectoria docente y los aspectos que reducen las barreras que permean la permanencia de estos estudiantes en la Educación Superior. Los resultados fueron analizados en conjunto, en un diálogo sobre lo que se ha producido científicamente con los informes de los estudiantes. Se observó que los mayores obstáculos ocurren en las relaciones interpersonales, vinculados a barreras de accesibilidad institucional, falta de acogida y fragilidad en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Se concluye que, a pesar del aumento significativo del número de estudiantes con TEA en la Educación Superior, aún existe la necesidad de organizar prácticas más inclusivas. De esta manera, se destaca la importancia de materializar estudios que difundan resultados empíricos que contribuyan a la accesibilidad y la implementación de la inclusión en los procesos educativos, tan necesaria para que las universidades implementen una pluralidad de caminos menos excluyentes.

Palabras clave: educación superior; prácticas inclusivas; revisión integradora; trastorno del espectro autista.

Introdução

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, o Brasil possui um total de 8.987.120 estudantes matriculados no ensino superior (Inep, 2022). Desse total, 63.404 são identificados como público-alvo da educação especial, o que corresponde a 0,7% do total dos quase 9 milhões de estudantes. Mesmo que a totalidade de 63.404 matrículas represente um crescimento de quase 14% em relação a 2020, ainda é preciso avançar muito para que esse público ingresse e tenha uma permanência de qualidade no ensino superior. Salientamos que o mesmo documento censitário aponta para a identificação de 4.018 estudantes com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), em que se insere a categoria do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que, em conformidade com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), é composto por dois domínios:

- déficit de comunicação e interação social;
- comportamentos/interesses restritos e repetitivos (APA, 2014).

Há, ainda, três graus de comprometimentos, de acordo com os níveis de suporte necessários: nível 1 – suporte básico; nível 2 – substancial; nível 3 – muito substancial.

Posto isso, podemos proferir que a complexidade de compreender, caracterizar e mapear o TEA se soma a uma carência no aprofundamento de critérios sobre suas especificidades educacionais, seja para o acesso, seja para a permanência desse grupo na educação superior.

Diante do exposto, busca-se aprofundar saberes sobre essa temática, conhecendo como se estruturam as práticas para esses estudantes nas universidades pelo exame das produções científicas e dos discursos, tomados com base na análise linguística/discursiva de suas produções escritas. Portanto, indaga-se:

- Há suporte teórico suficiente para tal temática no cenário nacional?
- Como os estudantes com TEA têm percebido as suas participações no contexto universitário?

Destarte, o objetivo do presente artigo é discutir como a literatura científica e os discursos de estudantes com TEA têm refletido nas práticas de inclusão no ensino superior.

Percurso da pesquisa

Para responder a essas perguntas, foram realizadas duas etapas de pesquisa:

- 1) levantamento de estudos realizados/publicados nos últimos cinco anos; e
- 2) análise dos discursos escritos de 14 estudantes com TEA no ensino superior.

Estudantes com TEA na universidade: indicadores da revisão integrativa

Com a finalidade de obter um panorama sobre o que a literatura nacional tem publicado acerca de estudos que envolvem a temática do acesso de estudantes com TEA no ensino superior e as práticas decorrentes do ingresso desse público, foi realizada uma revisão bibliográfica, de natureza integrativa, seguindo as orientações apresentadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008) para a condução das seguintes etapas:

- a) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa;
- b) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão;
- c) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados;
- d) categorização dos estudos selecionados;
- e) análise e interpretação dos resultados; e
- f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Avaliaram-se, de forma independente, a pertinência e a qualidade teórica/metodológica de cada artigo encontrado na varredura realizada. Para tanto, definiu-se como tema o acesso/permanência de estudantes com TEA ao ensino superior. Como a pesquisa aqui retratada tem a finalidade de averiguar as condições vivenciadas por esses estudantes em universidades brasileiras, restringiu-se a investigação a artigos de pesquisadores nacionais. O local de busca se configurou na base de dados dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A varredura foi realizada em fevereiro de 2023, adotando o intervalo temporal dos últimos cinco anos (2018-2022). Esse critério foi estabelecido uma vez que a Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas –, ao dispor sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, integrou pessoas com deficiência no seu público atendido, fato regulamentado pelo Decreto nº 9.034/2017. Entende-se, portanto, que as universidades federais incorporaram tal recomendação nos seus exames de ingresso, ou seja, do decreto em diante, passou a haver uma maior participação de pessoas com deficiência nos contextos universitários federais. Para a realização das buscas, foram utilizados os descritores: ensino superior, universidade, acessibilidade, inclusão, e transtorno do espectro autista – com o operador booleano AND, sendo que para este último foi adicionado OR autismo.

Dessa busca, localizaram-se 22 artigos científicos, que foram resgatados e lidos na íntegra pelas pesquisadoras. Por não atenderem aos critérios estabelecidos, oito foram excluídos: dois referentes a estudos em outros países; dois tratavam de crianças com TEA; dois de intervenção no ensino fundamental; dois de deficiência em geral – um não abordava TEA em específico e o outro era sobre oficinas de pais. Então, a amostra se constituiu de 14 artigos, os quais foram classificados em categorias de análise (Quadro 1).

Quadro 1 – Revisão integrativa sobre o acesso/permanência de estudantes com TEA ao ensino superior – 2018-2022

(continua)

Artigo	Tipo de pesquisa	Participantes	Objetivos	Resultados	Implicações futuras
Silva, Schneider, Kaszubowski e Nuernberg (2019)	Pesquisa documental de abordagem quantitativa	Perfil dos estudantes com TEA	Medir a proporção de ingresso, trancamento e cancelamento das matrículas no período de 2011 a 2016, com base nos microdados do Inep.	<ul style="list-style-type: none"> – Ingresso na mesma idade que neurotípicos. – Entre 2011 e 2016, aumentou o ingresso até 2013, com posterior redução e estabilização até 2016. 	Refletir sobre as barreiras e os facilitadores de acesso e permanência nas IES públicas e privadas.
Silva, Schneider, Kaszubowski e Nuernberg (2020)	Pesquisa documental de abordagem quantitativa	1.217 estudantes com TEA	Mapeamento do perfil sociodemográfico dos estudantes com TEA de 2016, com base nos microdados do Inep.	<ul style="list-style-type: none"> – 0,01% dos estudantes com TEA do total. – 51% brancos. – 72,3% sexo masculino. – Há muito mais alunos na região Sudeste que no Nordeste. 	<p>Marcadores sociais e suas interseções na relação com o meio, resultando em barreiras no processo acadêmico.</p>
Camalione, Kondo e Rocha (2021)	Revisão integrativa da literatura	Estudantes com TEA	Analisar o processo de formação do estudante com TEA – acesso, ingresso e permanência nas IES.	<ul style="list-style-type: none"> – Barreiras para a inclusão e permanência no contexto acadêmico. – Possíveis estratégias foram apontadas para melhorar a acessibilidade. 	Existe uma lacuna na literatura nacional sobre intervenções baseadas em evidências sobre inclusão de estudantes com TEA nas IES.
Souza, Benitez e Carmo (2021)	Revisão integrativa da literatura	Estudantes com TEA	Mapear nas bases de dados <i>online</i> de pesquisas empíricas que avaliaram diretrizes para acessibilidade digital nos últimos dez anos.	Lacuna quanto à avaliação de diretrizes de acessibilidade digital e poucos estudos empíricos experimentais focam em adultos com TEA leve, o que dificulta generalizações.	Necessidade de mais pesquisas empíricas e testagens sobre acessibilidade digital.

Quadro 1 – Revisão integrativa sobre o acesso/permanência de estudantes com TEA ao ensino superior – 2018-2022

(continuação)

Artigo	Tipo de pesquisa	Participantes	Objetivos	Resultados	Implicações futuras
Donati e Capellini (2018)	Estudo de caso	1 estudante com TEA, pais, profissionais e professores de uma IES	Descrever os procedimentos de uma consultoria colaborativa entre profissionais e gestores universitários.	Importância nos ajustes das estratégias de avaliação, incluindo: adequação linguística das questões e aceite de respostas orais, com apoio de solução no papel ou na lousa.	Ressalta a consultoria colaborativa como alternativa para a inclusão de estudantes com TEA.
Costa, Nakandakare e Paulino (2018)	Pesquisa documental de abordagem quantitativa	Estudantes com TEA de uma IES e contexto profissional	Reflexão sobre as dificuldades de inclusão na área de tecnologia da informação no ambiente acadêmico e profissional.	Grandes dificuldades enfrentadas pelos estudantes com TEA na sociedade, em particular, na área de Tecnologia da Informação.	A sociedade deve garantir acessibilidade, garantindo os direitos legislados.
Rosa, Matsukura e Squassoni (2019)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa	67 familiares de adultos com TEA	Identificar perspectivas de familiares em relação ao percurso escolar, aspectos positivos e desafios enfrentados na IES.	<ul style="list-style-type: none"> – Poucos estudantes com TEA na IES. – Dificuldades na qualidade dos serviços e permanência. 	Ampliação da socialização e habilidades quanto à independência e à autonomia.
Guimarães, Borges e Van Petten (2021)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa	1 estudante cotista com TEA (foco do estudo)	Analisar as trajetórias escolares de estudantes cotistas de uma IES pública do ensino básico ao ingresso na universidade.	<ul style="list-style-type: none"> – Impacto da PNEEPEI na trajetória escolar. – Apoio da família e de profissionais em suas histórias de vida, e para o acesso que tiveram aos suportes e recursos. 	Impacto favorável da Lei de Cotas e da PNEEPEI ao acesso às IES.

Quadro 1 – Revisão integrativa sobre o acesso/permanência de estudantes com TEA ao ensino superior – 2018-2022

(continuação)

Artigo	Tipo de pesquisa	Participantes	Objetivos	Resultados	Implicações futuras
Silva, Almeida, Oliveira, Assis, Santos e Freitas (2021)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa	1 estudante com TEA e 3 professores de uma IES	Relatar as experiências vivenciadas por professores em uma IES de Minas Gerais.	Desafio para os professores lidarem com o comportamento e processo de ensino-aprendizagem.	Evidenciaram o contato com os alunos com TEA como desafios para a inclusão.
Fischer (2019)	Pesquisa documental de abordagem qualitativa	2 estudantes com TEA e 100 neurotípicos	Avaliar, por meio da análise sistemática de conteúdo, três práticas pedagógicas registradas no ensino superior.	Efetividade da técnica do diário com identificação do problema, reflexão e tomada de decisão, com efeitos no desempenho do professor.	As limitações dos aspectos biológicos, pedagógicos, sociais e emocionais apontam a flexibilidade do sistema de educação.
Oliveira, Santiago e Teixeira (2022)	Natureza exploratória de abordagem qualitativa	Estudantes com TEA, professor, monitores e profissionais do núcleo de acessibilidade	Analisar a inclusão de aluno com TEA em curso de graduação de uma IES.	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades nas habilidades organizacionais e atencionais, atividades fora do interesse e dos prazos. Poucas interações sociais nos espaços acadêmicos. 	Necessidade de formar professores, monitores e a comunidade acadêmica pelos núcleos de acessibilidades.
Olivati e Leite (2019)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa	6 estudantes com TEA de uma universidade pública do estado de São Paulo	Descrever as experiências acadêmicas relatadas pelos estudantes matriculados em cursos de graduação.	<ul style="list-style-type: none"> Experiências interacionais pobres durante o ensino básico. Angústia e ansiedade dos estudantes em cumprir prazos e barreiras de permanência para conclusão regular do curso. 	Necessidade de formação de professores, adaptações e discussão sobre as necessidades dos estudantes com TEA.

Quadro 1 – Revisão integrativa sobre o acesso/permanência de estudantes com TEA ao ensino superior – 2018-2022

(conclusão)

Artigo	Tipo de pesquisa	Participantes	Objetivos	Resultados	Implicações futuras
Aguilar e Rauli (2020)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa	7 estudantes com TEA de diferentes cursos em uma IES.	Identificar o processo de adaptação, as dificuldades, as estratégias e os recursos oferecidos aos alunos com TEA.	Dificuldades dos professores quanto ao conhecimento do TEA e nas adaptações didático-pedagógicas.	Necessidade de formar corpo docente e técnico-administrativo capacitado.
Silva e Moreira (2022)	Pesquisa exploratória de abordagem qualitativa	14 estudantes e 5 coordenadores dos núcleos de acessibilidade	Analisar a trajetória de acesso e permanência dos estudantes com TEA matriculados em IES federais.	Os núcleos de acessibilidades viabilizam as políticas institucionais, mais recursos humanos, financeiros e mais monitores.	Importante articulação entre núcleo de acessibilidade, coordenadores e docentes.

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: IES – instituições de ensino superior.

PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil. MEC, SEESP, 2008).

Numa análise geral das produções, foi possível observar um aumento no número de estudantes com TEA nas IES a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015. No entanto, observam-se, ainda, muitas dificuldades na trajetória educacional desde o ensino básico até o ingresso e a permanência desses alunos nas universidades brasileiras.

Os resultados apontam a necessidade de formação constante do corpo docente e administrativo das IES quanto aos aspectos comportamentais, emocionais e ao funcionamento diferenciado nas práticas pedagógicas, o que exige reflexão, discussão e maior engajamento dos professores nas adaptações curriculares. Vale destacar a promoção de ações que fomentem o protagonismo dos estudantes com TEA ou, ainda, o suporte para atividades acadêmicas, como cumprimento de prazos, interesse e acompanhamento em disciplinas, e a participação social durante o período da graduação. As pesquisas evidenciam a necessidade de maior envolvimento dos núcleos de acessibilidades na condução e na articulação entre todos os envolvidos nesse cenário.

Discursos de estudantes com TEA: caminhos, barreiras e atalhos

Inicialmente, realizou-se o contato com as coordenações dos núcleos de acessibilidade das dez universidades federais do sul do Brasil, sendo apresentados os objetivos da pesquisa e solicitado o número de estudantes com TEA. Dessas, sete retornaram o pedido, e foram selecionadas para o estudo as cinco com o maior número de estudantes com TEA matriculados, resultando em 14 discentes com idades entre 20 e 47 anos, de diversos cursos de graduação.

Após os trâmites éticos e a obtenção das autorizações das instituições,¹ foi solicitado que as coordenações enviassem aos estudantes o material explicativo elaborado pelas pesquisadoras, e apenas aqueles que quisessem participar entrariam em contato com elas. Na sequência, encaminharam-se, remotamente, os questionários, os quais foram respondidos por escrito e devolvidos.

As questões abordaram a trajetória de ensino, a produção escrita e os aspectos referentes à diminuição das barreiras que permeiam o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior. Os discursos praticados foram descritos com base nos pressupostos foucaultianos, por estes compreendidos como práticas que formam o objeto de que falam e neles é preciso buscar por repetições, deslocamentos, pontos de tensão e descontinuidades (Foucault, 1996, 2008).

Os resultados da segunda etapa, ou seja, provenientes da análise dos discursos dos participantes, destacam que um dos principais achados diz respeito à dificuldade de interação social, uma unanimidade nas respostas dos 14 estudantes e que compõe a formação discursiva do TEA. Porém, tal dimensão não se centra no sujeito, mas sobretudo nas estruturas externas, no olhar dos pares para com suas funcionalidades diversas. Um deles refere: "O *bullying* me acompanhou durante toda a vida escolar"; outra participante menciona: "Na faculdade [...] converso com várias pessoas, mas

¹ A investigação foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com certificado CAEE 39829220.6.0000.010, na Plataforma Brasil.

não pertencem a nenhum lugar”. Para uma terceira participante, sobre os colegas de escola: “Eles me achavam estranha, e não me chamavam para o convívio com eles”. De modo geral, o ambiente de aprendizagem é discursivizado como hostil e marcado por pouco acolhimento: “Solidão, dor e tédio” é o enunciado que um dos participantes associa à sua trajetória de estudos. Desse modo, os sentidos de inclusão trazem a memória da exclusão, do não pertencimento e da excepcionalidade.

A categoria interação, da mesma forma, é mantida em um lugar de tensão, e, embora seja construída como uma barreira ao longo da trajetória educacional, o contato estreito com o professor é discursivizado como imprescindível para a aprendizagem, surgindo em vários relatos:

Ela me explicou com exemplos e me instigava a explicar para ela cada novo tópico. Foi a primeira vez que senti que aprendi algo de fato.

Foi a primeira educadora que marcou minha jornada escolar. Ela percebeu minha diferença e me acolheu (...) também deixou eu escrever com letra de forma porque viu que era mais fácil para mim.

A propósito, surgem dois sentidos em relação ao professor desde as primeiras letras até o ensino superior:

- 1) aquele que atende à demanda do estudante (não no sentido de permissividade, mas daquilo que o contempla), como percebido na fala: “Então as professoras eram muito boas comigo e me deixavam fazer esquemas no quadro e mexer nas coisas dos laboratórios para que eu pudesse visualizar as coisas”; outro participante ainda aponta: “acredito que preciso de mais tempo, às vezes o acompanhamento do professor do tipo eu explico pra ele e ele lê se é isso que escrevi”; e,
- 2) o docente que impõe regras: para um dos participantes, sobre aspectos que o auxiliam: “Ordem. Disciplina. Rigor”; aqui, a centralidade do docente é repetida nos discursos.

A dimensão familiar também é acionada nos discursos sobre a aprendizagem, provavelmente porque historicamente a escola se estrutura para alunos com formas típicas de aprender, por isso a participação tão próxima da família nesse processo. Mas há uma segunda dimensão mencionada, os setores de acessibilidade, cujas práticas e manejos impactam diretamente o aprendizado e a permanência: “as barreiras, na verdade, foram aliviadas, mas isso no sentido do microcosmos que é o daqui e o trabalho bom que eles têm no núcleo”.

Em relação ao ingresso no ensino superior e ao percurso no ambiente universitário propriamente dito, a dificuldade com o manejo da linguagem escrita é um discurso recorrente tanto nos processos de ingresso – Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e vestibular –, quanto durante o percurso universitário. Segundo um aluno, “Meu problema sempre foi a escrita. Na prova discursiva eu me saía muito mal e na redação pior ainda. No Enem [...] ia mal em linguagens, porque também tenho dificuldade com interpretação de textos”. Porém, essa dificuldade nos processos de ingresso não se restringe à esfera pessoal, pois, de acordo com outra participante:

“Teve um ano que eu fui muito prejudicada em um vestibular porque a sala estava muito lotada [...] além de ter muitas pessoas na sala eu também não conseguia me mover [...], fiz a prova muito rápido com o objetivo de sair dali o mais rápido possível”.

Nem todos, no entanto, apontam dificuldades em compreender os textos requeridos na universidade e no processo de ingresso, porém, tanto a facilidade quanto a dificuldade são atreladas às experiências prévias (cursinhos, ensino básico). Portanto, os aspectos externos sobressaem aos funcionamentos particulares, fato que rompe com os sentidos canônicos sobre o TEA, que se centram em impactos individuais: “Não estava preparado para os textos do ensino superior, pois eu não tive uma educação satisfatória e saudável”.

Tais discursos trazem duas repetições: a necessidade de adequação das estruturas externas e o papel central do docente. Não se pode negar que o professor deve estar capacitado e orientado a praticar uma docência mais acessível, mas, no limite, são as ações dele que irão (im)possibilitar o aprendizado:

Percebo, infelizmente, a falta de profissionais, ou melhor, de profissionais capacitados. Uma barreira enorme que enfrento, principalmente na medicina, são os professores que não querem adaptar. Percebo que, às vezes, mais é falta de vontade do que “não pode”.

Portanto, os “desvios” do estudante com TEA, pelos próprios discursos praticados, não são provenientes de “disfunções pessoais e individuais”, mas são reflexos de práticas que não acolhem e que não acionam suas potencialidades: “até hoje não me sinto totalmente confiante escrevendo, porque quase sempre os professores não passam instruções claras e não dão explicação para a nota que deram”, e “acho que ainda falta bastante capacitação dos professores para acolher pessoas diferentes sem que elas precisem se expor”. Essa discursividade lança luz sobre os ambientes hostis e o (des)preparo das ações e metodologias.

157

Dialogando entre as etapas do estudo: da análise dos discursos à revisão dos artigos científicos

A análise dos discursos dos participantes evidenciou a necessidade de imposição de regras por parte dos docentes, que, aliás, alinha-se às características do TEA: rigidez cognitiva e necessidade de rotinas estabelecidas (Ramos; Xavier; Morins, 2012). Em suma, a centralidade do docente é atualizada nos discursos sobre a permanência, a despeito das tecnologias que possam hoje apoiar o processo formativo. Aguilar e Rauli (2020), que realizaram uma pesquisa com sete estudantes universitários com TEA, sinalizaram dificuldades dos professores quanto ao conhecimento do transtorno e nas adaptações didático-pedagógicas. Com isso, evidencia-se a importância de formações qualificadas dos professores para atender às demandas desses estudantes, que têm ocupado os espaços universitários na atualidade (Olivati; Leite, 2019; Oliveira; Santiago; Teixeira, 2022).

Dimensões como excesso de estímulos sensoriais e instruções ambíguas compõem os aspectos que influenciam a escrita, a leitura e a aprendizagem, aliás,

sentidos que se coadunam com aqueles veiculados pela literatura (Mattos, 2019). Porém, além da dificuldade em compreender sentidos não literais, os estudantes com TEA carecem de orientações muito claras, em diferentes formatos, sobre aquilo que é requerido em uma atividade: definição da quantidade de linhas, delimitação do tema e caminho a ser percorrido, conforme constatado no estudo de Guimarães, Borges e Van Petten (2021), que indicou mudanças necessárias para realização das atividades.

Em relação à análise dos artigos que compuseram a amostra, observam-se indícios de que houve um aumento no ingresso dos sujeitos com TEA no contexto universitário, bem como um maior interesse científico sobre o tema, como destacado por Silva, Schneider, Kaszubowski e Nuernberg (2019, 2020). No entanto, quando tal análise abarca também os discursos dos estudantes, o que aponta como esses conhecimentos impactam a permanência na prática, é possível perceber que as barreiras ainda são evidentes, como ressaltam as revisões integrativas de Camaliente, Kondo e Rocha (2021) e de Souza, Benitez e Carmo (2021), destacadas no Quadro 1.

Nesse sentido, não há mais condição de possibilidade para discursos que individualizam as dificuldades e justificam as incompreensões pelo próprio funcionamento do sujeito, uma vez que os sentidos praticados na atualidade trazem uma sensibilidade que se volta para o contexto e para as barreiras. Como bem nos ensina Foucault (2008) e é atestado pelo próprio estudo em tela, os conhecimentos não estão apenas nos textos legitimados, mas se repetem e são deslocados nos discursos mais corriqueiros. A falta de acessibilidade na esfera educacional também foi apontada como barreira de entrave no processo de ensino e aprendizagem por Silva e Moreira (2022), que, em pesquisa conduzida com público semelhante, destacam a importância do suporte pedagógico oferecido pelos monitores para a permanência na universidade. Dessa forma, esses discursos não podem se restringir aos ordenamentos jurídicos, mas, sim, precisam circular e fazer sentido.

Outro destaque nos discursos foi o apontamento que as dificuldades vivenciadas nas suas trajetórias acadêmicas se devem mais aos componentes externos, como falta de acolhimento por parte da turma ou pouco retorno dos professores diante das solicitações feitas pelos estudantes, o que converge com os achados de Olivati e Leite (2019).

Considerações finais

A partir das duas análises realizadas, literatura e discursos, pode-se perceber que a permanência dos estudantes com TEA tem sido marcada, também, por pouco acolhimento de suas demandas e por um envolvimento docente ainda tímido, apontando a fragilidade de um comprometimento institucional para um processo real de inclusão educacional no ensino superior.

Vivências de estudantes com TEA têm sido marcadas por barreiras de naturezas diversas (em particular, a metodológica e a atitudinal). Fatos evidenciados nos discursos dos participantes revelam que ter êxito, por exemplo, está na

dependência de ser acolhido e de compreender o conteúdo, o que diverge dos sentidos de que ser um bom aluno se resume àquele que tira notas altas, por exemplo.

Os achados do estudo mostram que os estudantes colocam uma “lente de aumento” em práticas pouco flexíveis e acolhedoras, no que diz respeito às formas de ensinar, de avaliar e ao estabelecimento dos processos interacionais. Tais constatações apontam para sentidos que não devem focar nas (in)capacidades, mas nos ambientes e nas interações que perpassam o processo de inclusão. Desse modo, ressalta-se a importância da materialização de estudos, que, ao divulgarem resultados empíricos, colaborem para a acessibilidade e a efetivação da inclusão nos processos educacionais, tão necessárias para que as universidades efetivem uma pluralidade de caminhos menos excludentes.

Referências bibliográficas

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 33, e43, 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. (Revogado pelo Decreto nº 11.370, de 1 de janeiro de 2023). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 out. 2020. p. 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10502&ano=2020&ato=e26MTS1UMZpWT303>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva [PNEEPEI]*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Entregue ao Ministro da

Educação em 07 de janeiro de 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SMESP). *Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida – instituída pelo Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020*. Brasília, DF, 2020. 123p.

CAMALIONTE, D. O.; KONDO, L.; ROCHA, A. N. D. C. Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 34, e26, 2021.

COSTA, B. S.; NAKANDAKARE, E. B.; PAULINO, E. A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação. *Refas: Revista Fatec Zona Sul*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 1-10, jun. 2018.

DONATI, G. C. F.; CAPELLINI, V. L. M. F. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. esp. 2, p. 1459-1470, set. 2018.

DSM-5 ver American Psychiatric Association (APA).

FISCHER, M. L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O Diário Reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 535-552, out./dez. 2019.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. (Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico).

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; VAN PETTEN, A. M. V. N. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0059, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP (Brasil). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior: graduação 2021*. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MATTOS, J. C. Alterações sensoriais no Transtorno do Espectro Autista (TEA): implicações no desenvolvimento e na aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 36, n. 109, p. 87-95, jan./abr. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto: Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

OLIVATI, A. G.; LEITE, L. P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma análise interpretativa dos relatos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 729-746, out./dez. 2019.

OLIVEIRA, A. F. T. M.; SANTIAGO, C. B. S.; TEIXEIRA, R. A. G. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, e238947, 2022.

POLÍTICA Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida ver BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.

RAMOS, J.; XAVIER, S.; MORINS, M. Perturbações do espectro do autismo no adulto e suas comorbidades psiquiátricas. *Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca*, EPE, [Amadora, Portugal], v. 10, n. 2, p. 9-23, dez. 2012.

ROSA, F. D.; MATSUKURA, T. S.; SQUASSONI, C. E. Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, SP, v. 27, n. 2, p. 302-316, abr./jun. 2019.

SILVA, L. B.; ALMEIDA, P. F.; OLIVEIRA, P. S. D.; ASSIS, J. R.; SANTOS, G. M. T.; FREITAS, R. F. F. Transtorno do Espectro Autista na educação superior: perspectivas e desafios evidenciados por docentes universitários no processo de ensino-aprendizagem. *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, v. 13, n. 30, p.171-191, maio/ago. 2021.

SILVA, S. C.; SCHNEIDER, D. R.; KASZUBOWISKI, E.; NUERNBERG, A. H. Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior matriculados em 2016. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 32, e83, 2019.

SILVA, S. C.; SCHNEIDER, D. R.; KASZUBOWISKI, E.; NUERNBERG, A. H. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do Inep. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 24, e217618, 2020.

SILVA, V. C.; MOREIRA, L. C. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 35, e16, 2022.

SOUZA, A. C.; BENITEZ, P.; CARMO, J. S. Diretrizes de acessibilidade de interfaces digitais para pessoas com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa de literatura. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 34, e29, 2021.

Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter, doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com pós-doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é professora associada do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada (Deic), orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (Proped) na UERJ, líder do Grupo de Pesquisa Linguagem, Comunicação Alternativa e Processos Educacionais para pessoas com deficiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsista cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e Procientista (UERJ).

catiawalter@gmail.com

Laura Ceretta Moreira, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora titular do Departamento de Planejamento e Administração Escolar e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), líder do Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva/Educação Especial: Políticas, Práticas e Processos de Desenvolvimento Humano do CNPq, e bolsista de produtividade em pesquisa em Educação do CNPq.

laurac.moreira@gmail.com

Lúcia Pereira Leite, doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília), com pós-doutorado em Educação Especial (PPGEEs-UFSCar), é professora associada do Departamento de Psicologia e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (Unesp-Bauru), líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Deficiência e Inclusão (GEPDI-CNPq), bolsista de produtividade em pesquisa em Psicologia do CNPq.

lucia.leite@unesp.br

Vivian Ferreira Dias, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado em Educação (PPGE-UFPR), é mestre em Filosofia e Ciências Humanas (Unesp-Marília), especialista em Leitura, Escrita e Aprendizagem pelo Instituto Cefac Saúde e Educação, e fonoaudióloga da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC.

aerovivian@yahoo.com.br

Recebido em 29 de setembro de 2023

Aprovado em 16 de fevereiro de 2024